



RELATÓRIO DO PAINEL DE DEBATE CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

TEMA: “O LUGAR DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO”.

13 de maio de 2015

Objetivo: Promover a reflexão e o debate sobre a habitação de interesse social no contexto de revisão do plano diretor, as possibilidades e limites de avanços da referida política a partir dos princípios da política e plano municipal de habitação e dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade.

Público – Alvo: conselheiros, professores e alunos do setor acadêmico, delegados do Plano Diretor Participativo, entidades vinculadas ao desenvolvimento urbano, autoridades dos poderes legislativo e judiciário, Ministério Público, técnicos e gestores da Prefeitura de Juiz de Fora que atuam no setor habitacional na cidade.

Programa Desenvolvido:

- 17h30: abertura: Arquiteto Alvaro Gianninni, 1º Secretário do Conselho Municipal de Habitação. Subsecretário de Planejamento Territorial, SEPLAG-JF – Prefeitura de Juiz de Fora
- 17h40 a 19h apresentação de Painéis:

Primeiro Painel - Política Habitacional e Plano Municipal de Habitação no contexto de revisão do Plano Diretor, por: NEHab/UFJF: prof. Fabricio Fontenelle, profa. Janaína Lawall e profa. Letícia Zambrano

Segundo Painel – Novos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e as possibilidades de sua utilização para a solução do problema habitacional, por: Faculdade de Direito/UFJF: prof. Frederico Riani.

- 19h: Debates e contribuições. Moderador: Arquiteto Alvaro Gianninni, 1º Secretário do Conselho Municipal de Habitação.
- 20h: Encerramento.

Local: Auditório da Prefeitura. Av. Brasil, 2001 - 1º Andar, Juiz de Fora/MG.

Nº de Participantes: 43.

Resumo da apresentação dos Paineis:

No Primeiro Painel a prof. Letícia Zambrano iniciou a apresentação reforçando a necessidade do CMH participar efetivamente da revisão do Plano Diretor e garantir o “lugar” da habitação de interesse social no plano, para além de um rol de recomendações e diretrizes gerais que não repercutem, necessariamente, na melhoria das condições de habitabilidade da população de baixa renda. Na sequência, fez um breve histórico da trajetória da política habitacional no país-dec.30 até os dias atuais - suas principais ações e programas públicos em diferentes contextos sociopolíticos. Em seguida, passou a palavra para a prof. Janaína Lawall que apresentou dados do Plano Municipal de Habitação do de Juiz de Fora, datado de 2006. Apresentou quadros sínteses com a situação do deficit

habitacional do município, os programas e subprogramas do Plano e os desafios de sua implementação. Na sequência, o Prof. Fabrício Fontenelle fez uma apresentação do Plano Diretor de São Paulo relativamente ao componente habitação de interesse social. Destacou os avanços no que se refere à adoção de instrumentos que incentivam a produção de habitação de interesse social e sua articulação com os demais componentes da política urbana, sobretudo mobilidade.

No Segundo Painel o prof. Frederico Riani destacou como pontos de partida para o debate dos novos instrumentos jurídicos de política urbana, a função social da propriedade e a função social da cidade expressas na Constituição de 1988 e regulamentadas pelo Estatuto da Cidade. Em seguida, abordou alguns dos principais instrumentos da política urbana e requisitos de implantação. Enfatizou as possibilidades de avanços na questão da habitação de interesse social no município, desde que tais instrumentos estejam contemplados na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Reforçou a necessária participação da sociedade no processo de elaboração do Plano e no acompanhamento da implementação das ações, através de mecanismos e instâncias de controle social como o orçamento participativo, os conselhos de política urbana, fóruns, audiências, etc. na perspectiva de efetivação da Gestão Democrática da Cidade.

- **Debate e contribuições. Moderador: Arquiteto Alvaro Gianninni 1º Secretário do Conselho Municipal de Habitação.**

Após as apresentações abriu-se as inscrições para o debate e questionamentos à mesa. As perguntas foram direcionadas para esclarecimentos sobre a aplicação de instrumentos tais como : Estudo de Impacto de Vizinhança, definição de ZEIS, a efetividade do PEUC/IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Títulos da Dívida pública. Questionou-se também, sobre os instrumentos e incentivos utilizados no Plano Diretor de São Paulo e os avanços na habitação de interesse social (cota solidária, delimitação de ZEIS, entre outros).

Juiz de Fora, 20 de maio de 2015.

Cristiane Nasser do Valle
Prefeitura de Juiz de Fora
Supervisão de Habitação
SEPLAG/SSPLAT